SPMS EPE
Serviços Partilhados do Ministério da Saúde

REPUBLICADO

Aprovado em reunião
de CA de 07/02/2025

Sandra Cavaca
Assinado de forma digital por Sandra Cavaca
DN: c=PT, title=Presidente do Conselho de Administração, o=Serviços Partilhados do Ministério da Saúde EPE, sn=Cavaca, givenName=Sandra, cn=Sandra Cavaca
Dados: 2025.02.07 14:39:42 Z

Assinado de forma digital por Luís Miguel Ferreira
DN: c=PT, title=Vogal do Conselho de Administração, ou=Serviços Partilhados do Ministério da Saúde EPE, o=Serviços Partilhados do Ministério da Saúde EPE, sn=Ferreira, givenName=Luís Miguel, cn=Luís Miguel Ferreira
Dados: 2025.02.07 23:05:00 Z

Nuno Miguel Ramos da Costa
Assinado de forma digital por Nuno Miguel Ramos da Costa
Dados: 2025.02.07 11:16:06 Z

CADERNO DE ENCARGOS

1315/2025

Acordo Quadro para fornecimento de antissépticos, desinfetantes e produtos cosméticos para uso no humano

ÍNDICE

CAPÍTULO I 3

SECÇÃO I DISPOSIÇÕES GERAIS 3

Cláusula 1.ª Objeto 3
Cláusula 2.ª Acordo Quadro 3
Cláusula 3.ª Prazo de vigência 4

SECÇÃO II OBRIGAÇÕES DAS PARTES 4

Cláusula 4.ª Obrigações dos cocontratantes 4
Cláusula 5.ª Obrigações das entidades adquirentes 6
Cláusula 6.ª Obrigações da SPMS 7

SECÇÃO III DAS RELAÇÕES ENTRE AS PARTES NO ACORDO QUADRO 7

Cláusula 7.ª Sigilo e confidencialidade 7
Cláusula 8.ª Casos fortuitos ou de força maior 8
Cláusula 9.ª Patentes, licenças e marcas registadas 8
Cláusula 10.ª Suspensão do Acordo quadro 8
Cláusula 11.ª Resolução 9
Cláusula 12.ª Cessão da posição contratual e subcontratação 10
Cláusula 13.ª Sanções a aplicar pela SPMS 10

CAPÍTULO II DOS PROCEDIMENTOS E CONTRATOS CELEBRADOS AO ABRIGO DO ACORDO QUADRO 10

Cláusula 14.ª Disposições gerais 10
Cláusula 15.ª Critério de adjudicação 11
Cláusula 16.ª Leilão Eletrónico 12
Cláusula 17.ª Local e prazos de entrega 12
Cláusula 18.ª Condições de Pagamento 13
Cláusula 19.ª Características dos Preços 13
Cláusula 20.ª Aumento de Preços 14
Cláusula 21.ª Aditamentos 14
Cláusula 22.ª Impossibilidade temporária de fornecimento 16
Cláusula 23.ª Elementos Estatísticos 16
Cláusula 24.ª Acompanhamento e fiscalização do modo de execução do contrato 17

CAPÍTULO III PENALIDADES CONTRATUAIS 17

Cláusula 25.ª Sanções a aplicar pelas entidades adquirentes 17

CAPÍTULO IV RESOLUÇÃO DE LITÍGIOS 18

Cláusula 26.ª Foro competente 18

CAPÍTULO V DISPOSIÇÕES FINAIS 18

Cláusula 27.ª Comunicações e notificações 18
Cláusula 28.ª Contagem dos prazos 18
Cláusula 29.ª Legislação aplicável 18

ANEXO I LOTES DE PRODUTOS E PREÇO 19

ANEXO II ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS 24

CAPÍTULO I

Secção I Disposições gerais

Cláusula 1.ª Objeto

1. O presente concurso tem por objeto a seleção de cocontratantes para o Acordo quadro que permitirá a aquisição de antissséticos, desinfetantes e produtos cosméticos para uso no humano.
2. O presente Caderno de Encargos compreende as cláusulas a incluir:
   a) Nos Acordos quadro para a área da saúde, a celebrar entre a Serviços Partilhados do Ministério da Saúde, EPE ("SPMS") e os fornecedores cujas propostas vierem a ser selecionadas;
   b) Nas aquisições ao abrigo do presente acordo-quadro que venham a ser efetuadas por:
      i. Entidades do Serviço Nacional de Saúde e Ministério da Saúde;
      ii. Entidades do Serviço de Saúde da Região Autónoma da Madeira;
      iii. Entidades da Direção Regional de Saúde da Região Autónoma dos Açores;
      iv. Guarda Nacional Republicana;
      v. Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais;
      vi. Laboratório Nacional do Medicamento;
      vii. Santa Casa da Misericórdia de Lisboa.
3. Os bens a fornecer são os constantes do Anexo I ao presente Caderno de Encargos.
4. Os aspetos da execução do contrato submetidos à concorrência (Preço) e os respetivos parâmetros base constam do Anexo I ao presente Caderno de Encargos.
5. São aspetos não submetidos à concorrência os que constam do Anexo II ao presente Caderno de Encargos, os quais devem ser observados nas propostas dos fornecedores, sob pena de exclusão.

Cláusula 2.ª Acordo Quadro

1. O Acordo quadro será celebrado por escrito e é composto pelo respetivo clausulado contratual e os seus anexos.
2. O valor estimado do presente acordo-quadro é de 2 731 754,54 € (Dois milhões, setecentos e trinta e um, setecentos e cinquenta e quatro euros e cinquenta e quatro cêntimos) por cada ano de vigência contratual.
3. O Acordo quadro a celebrar integra ainda os seguintes elementos:
   a) Os suprimentos dos erros e das omissões identificados pelos concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
   b) Os esclarecimentos e as retificações relativos às peças do procedimento;

c) O presente Caderno de Encargos;

d) As propostas adjudicadas;

e) Os esclarecimentos sobre as propostas adjudicadas prestados pelos adjudicatários.

f) Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados.

g) Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 3 e o clausulado dos Acordos quadro e seus anexos, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do Código dos Contratos Públicos ("CCP") e aceites pelos adjudicatários nos termos do disposto no artigo 101.º desse mesmo diploma legal.

h) Além dos documentos indicados no n.º 3, o adjudicatário obriga-se também a respeitar, no que lhe seja aplicável, as normas europeias e portuguesas, as especificações e homologações de organismos oficiais e fabricantes ou entidades detentoras de patentes.

Cláusula 3.ª Prazo de vigência

1. O Acordo quadro entra em vigor no dia seguinte ao da sua divulgação no sítio da internet do Catálogo em www.catalogo.min-saude.pt, e tem a duração de 12 (doze) meses, considerando-se automaticamente prorrogada a vigência do mesmo por períodos sucessivos de 12 (doze) meses, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do mesmo.
2. O prazo máximo de vigência do Acordo quadro, incluindo prorrogações, é de 3 (três) anos.
3. Decorridos 12 (doze) meses de vigência, o cocontratante pode solicitar a resolução do contrato, por carta dirigida ao Conselho de Administração da SPMS, com uma antecedência mínima de 60 (sessenta) dias.
4. A SPMS pode a qualquer altura, voltar a lançar ao mercado, para efeitos de celebração de novo Acordo quadro, artigos para os quais tenham sido celebrados contratos na decorrência do presente concurso, por forma a promover a concorrência e espelhar a realidade do mercado.
5. Caso ocorra o disposto no número anterior e venham a ser celebrados novos contratos para esses artigos, os contratos celebrados na decorrência do presente concurso são automaticamente resolvidos na data em que os novos entrarem em vigor.
6. Sem prejuízo do número anterior, ressalva-se que, na impossibilidade da celebração de novo contrato, a SPMS reserva-se no direito da resolução do contrato em vigor, por forma a não desvirtuar o mercado concorrencial.

Secção II Obrigações das partes

Cláusula 4.ª Obrigações dos cocontratantes

Para além das previstas no CCP, constituem obrigações dos cocontratantes:

a) Apresentar proposta a todos os convites no âmbito do Acordo quadro, salvo na situação indicada no n.º 3 da cláusula 14.ª;
b) Fornecer os bens às entidades adquirentes, conforme as normas legais vigentes aplicáveis ao exercício da atividade e nos termos e condições definidos no presente Caderno de Encargos;
c) Comunicar à SPMS e às entidades adquirentes, logo que deles tenham conhecimento, os factos que tornem total ou parcialmente impossível o cumprimento de qualquer das suas obrigações, designadamente:
    i. Impossibilidade temporária de fornecimento;
    ii. Impossibilidade legal de fornecimento;
    iii. Substituição de artigos;
    iv. Descontinuação definitiva de artigos.
d) Não alterar as condições do fornecimento dos bens ou serviços fora dos casos previstos no Caderno de Encargos;
e) Não ceder, sem prévia autorização da SPMS, a sua posição contratual nos contratos celebrados com as entidades adquirentes;
f) Prestar de forma correta e fidedigna as informações referentes às condições em que são fornecidos os bens ou serviços, bem como ministrar todos os esclarecimentos que se justifiquem, de acordo com as circunstâncias;
g) Comunicar à SPMS qualquer facto que ocorra durante a execução do Acordo quadro e dos contratos celebrados ao seu abrigo e que altere, designadamente a sua denominação e sede social, os seus representantes legais, a sua situação jurídica ou a sua situação comercial, bem como as alterações aos contactos e moradas indicados no contrato para a gestão do Acordo quadro;
h) Comunicar à SPMS e às entidades adquirentes a nomeação do gestor/gestores de contrato responsável pela gestão do Acordo quadro e dos contratos celebrados ao abrigo do mesmo, bem como quaisquer alterações relativamente à sua nomeação;
i) Disponibilizar a informação relevante para a gestão dos contratos à SPMS e às entidades adquirentes;
j) Respeitar os termos e condições dos acordos celebrados com o Estado que se encontrem em vigor;
k) Proceder à atualização dos bens e serviços no catálogo, submetendo as propostas de atualização, através de aditamentos no site do catálogo, à apreciação prévia da SPMS;
l) Para efeitos de habilitação nos procedimentos de aquisição ao abrigo do Acordo quadro, manter permanentemente atualizados os documentos de habilitação, bem como os documentos que atestem o poder de representação do cocontratante;

m) Manter sigilo e garantir a confidencialidade, não divulgando quaisquer informações que obtenham no âmbito da formação e da execução do Acordo quadro, não utilizar as mesmas para fins alheios àquela execução, abrangendo esta obrigação todos os seus agentes, funcionários, colaboradores ou terceiros que nelas se encontrem envolvidos.

n) Proceder ao registo de faturas relativas às Agregações Centralizadas, nos termos indicados no "Manual de Registo de Faturas no Âmbito das Agregações Centralizadas", o qual se encontra disponível em www.catalogo.min-saude.pt.

Cláusula 5.ª Obrigações das entidades adquirentes

1. Constituem obrigações das entidades adquirentes:
   a) Reportar toda a informação relativa à contratação realizada ao abrigo do Acordo quadro até 30 (trinta) dias úteis após a adjudicação ou sempre que tal lhes seja solicitado;
   b) Proceder à avaliação do custo total da utilização nos procedimentos pré-contratuais celebrados ao abrigo do Acordo quadro, nos termos exigidos por lei;
   c) Efetuar os procedimentos aquisitivos segundo as regras definidas no Acordo quadro;
   d) Nomear um ou mais gestores de contrato, responsável pela gestão dos contratos celebrados ao abrigo do Acordo quadro, bem como comunicar quaisquer alterações a essa nomeação aos cocontratantes com quem tenham celebrado contrato, em cumprimento do art.º 290.º-A do Código dos Contratos Públicos. Caso a entidade adjudicante designe mais do que um gestor do contrato, deve definir de forma clara as funções e responsabilidades de cada um.
   e) Monitorizar o cumprimento contratual no que respeita às respetivas condições e aplicar as devidas sanções em caso de incumprimento;
   f) Reportar os resultados da monitorização referida na alínea anterior e comunicar, em tempo útil, à SPMS, os aspetos relevantes que tenham impacto no cumprimento do Acordo quadro ou dos contratos celebrados ao seu abrigo.
   g) Os procedimentos lançados ao abrigo do acordo-quadro devem ser efetuados através da plataforma eletrónica disponível em www.comprasnasaude.pt, nos termos do disposto na Portaria n.º 227/2014, de 06 de novembro, alterado pela Portaria n.º 21/2015, de 04 de fevereiro.
2. A informação referida na alínea a) do número anterior deve ser enviada através de meios eletrónicos, com o conteúdo e em conformidade com o modelo a disponibilizar pela SPMS.

Cláusula 6.ª Obrigações da SPMS

Constituem obrigações da SPMS, no âmbito e nos limites fixados pelo Decreto-Lei n.º 19/2010, de 22 de março, na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 108/2011, de 17 de novembro, e sem prejuízo de outras que estejam previstas no presente Caderno de Encargos:

a) Fiscalizar o cumprimento do Acordo quadro e dos contratos de fornecimento celebrados ao abrigo do mesmo, designadamente para apuramento do cumprimento das obrigações contratuais por parte dos cocontratantes e das entidades adquirentes;
b) Monitorizar a qualidade do fornecimento de bens, designadamente realizando auditorias e tratando a informação recebida ao abrigo do disposto nas cláusulas anteriores e, quando justificado, aplicar sanções em caso de incumprimento, incluindo a suspensão temporária ou a exclusão de algum cocontratante do Acordo quadro, designadamente em caso de:
    i. reiterado reporte de falta de qualidade e/ou de falhas inesperadas na utilização dos produtos fornecidos por parte dos serviços utilizadores das entidades adquirentes e/ou incumprimento reiterado dos prazos de entrega dos bens;
    ii. deteção dos casos reiterados referidos na subalínea (i) anterior em ações de monitorização pela SPMS;
    iii. o cocontratante não apresentar proposta a procedimento lançado ao abrigo do Acordo quadro, salvo se se verificar a situação prevista no n.º 3 da cláusula 14.ª.
c) Promover a atualização do Acordo quadro, mantendo o tipo de prestação e os objetivos das especificações fixadas no Acordo quadro e desde que tal se justifique em função da ocorrência de inovações tecnológicas, conquanto os preços unitários não sejam superiores;
d) Definir linhas orientadoras e disponibilizar minutas de peças procedimentais às entidades adquirentes;
e) Publicitar no seu portal da internet instruções ou orientações para proceder à avaliação do custo total de utilização dos bens e serviços objeto do Acordo quadro.

Secção III Das relações entre as partes no Acordo quadro

Cláusula 7.ª Sigilo e confidencialidade

1. As partes obrigam-se a guardar sigilo e confidencialidade sobre todos os assuntos constantes do objeto do Acordo quadro e a tratar como confidencial toda a informação e documentação a que tenham acesso no âmbito da sua execução, sendo esta obrigação extensível aos seus agentes, funcionários, colaboradores ou terceiros que as mesmas envolvam.

2. Exclui-se do âmbito do número anterior toda a informação gerada por força da execução do Acordo quadro, bem como todos os assuntos ou conteúdo de documentos que, por força de disposição legal, tenham de ser publicitados ou sejam do conhecimento público.

Cláusula 8.ª Casos fortuitos ou de força maior

1. Nenhuma das partes incorrerá em responsabilidade se, por caso fortuito ou de força maior, for impedida de cumprir as obrigações assumidas no Acordo quadro.
2. Entende-se por caso fortuito ou de força maior qualquer situação ou acontecimento imprevisível e excecional, independente da vontade das partes, e que não derive de falta ou negligência de qualquer delas.
3. A parte que invocar casos fortuitos ou de força maior deverá comunicar e justificar tais situações à outra parte, bem como informar o prazo previsível para restabelecer a situação.

Cláusula 9.ª Patentes, licenças e marcas registadas

1. O Adjudicatário deve ser titular de todas as licenças, autorizações ou demais atos de consentimento legalmente necessários à distribuição dos bens.
2. O Adjudicatário obriga-se a manter válidas as licenças, autorizações ou demais atos de consentimento a que se refere o número anterior, até à integral entrega dos bens contratados.
3. O Adjudicatário garante que respeita as normas relativas à propriedade intelectual e industrial, designadamente, direitos de autor, licenças, patentes e marcas registadas, relacionadas com os artigos constantes da sua proposta.
4. São da responsabilidade do Adjudicatário quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes registadas ou licenças.
5. Caso o contraente público venha a ser demandado por ter infringido, na execução do contrato, qualquer dos direitos mencionados no número anterior, o Adjudicatário indemniza-a de todas as despesas que, em consequência, haja de fazer e de todas as quantias que tenha de pagar.
6. São da responsabilidade dos cocontratantes quaisquer encargos decorrentes da utilização, no âmbito do Acordo quadro ou dos contratos celebrados ao seu abrigo, de direitos de propriedade intelectual ou industrial.

Cláusula 10.ª Suspensão do Acordo quadro

1. Sem prejuízo do direito de resolução do Acordo quadro previsto na cláusula seguinte, e com base nos pressupostos aí definidos, a SPMS pode, em qualquer altura, suspender total ou parcialmente a execução do Acordo quadro a um cocontratante.

2. A suspensão produz os seus efeitos a contar do dia seguinte ao da notificação dos cocontratantes no Acordo quadro, salvo se da referida notificação constar data posterior, e é efetuada através de carta registada com aviso de receção.
3. A SPMS pode, a qualquer momento, levantar a suspensão da execução do Acordo quadro.
4. Os cocontratantes não podem reclamar ou exigir qualquer compensação ou indemnização com base na suspensão total ou parcial do Acordo quadro.

Cláusula 11.ª Resolução

1. O incumprimento das obrigações dos cocontratantes definidas nos Acordos quadro dos contratos celebrados ao seu abrigo ou dos demais documentos contratuais aplicáveis, confere à SPMS o direito à resolução do Acordo quadro relativamente àquele, bem como o direito de solicitar o correspondente ressarcimento de todos os prejuízos causados.
2. Para efeitos da presente cláusula, e sem prejuízo de outras disposições legais e contratuais aplicáveis, considera-se consubstanciar incumprimento a verificação de qualquer das seguintes situações, em relação a cada um dos cocontratantes:
   a) Apresentação à insolvência, ou insolvência declarada pelo tribunal;
   b) Incumprimento das suas obrigações relativas aos pagamentos das contribuições à Administração Fiscal ou à Segurança Social, nos termos das disposições legais aplicáveis;
   c) Prestação de falsas declarações;
   d) Recusa do fornecimento de bens ou da prestação de serviços a uma entidade adquirente;
   e) Não atualização do Acordo quadro nos termos do n.º 2 da cláusula 21ª;
   f) Não apresentação de proposta em procedimento lançado ao abrigo do Acordo quadro, salvo se se verificar a situação prevista no n.º 3 da cláusula 14.ª;
   g) Incumprimento, na execução de contrato celebrado ao abrigo do Acordo quadro, das especificações técnicas e condições previstas no Acordo quadro;
   h) Não apresentação, sempre que tal lhe seja solicitado, de um dos documentos constantes no art.º 8.º do Programa do Concurso.
3. A resolução é notificada ao cocontratante em causa, por carta registada com aviso de receção, da qual conste a indicação da situação de incumprimento e respetivos fundamentos.
4. A resolução do Acordo quadro relativamente a um cocontratante não prejudica a aplicação de qualquer das sanções previstas na cláusula 13.ª.
5. Quando aplicável, pode ainda, ser motivo de resolução dos contratos, por parte da SPMS, a entrada no mercado de medicamentos genéricos e/ou de medicamentos biossimilares, que se enquadrem em artigos constantes no presente concurso, situação na qual os cocontratantes implicados serão notificados.

6. As situações previstas nos n.ºs 5 e 6 da cláusula 3.ª do presente caderno de encargos, constituem também motivos de resolução dos contratos, por parte da SPMS.

Cláusula 12.ª Cessão da posição contratual e subcontratação

1. Os cocontratantes só podem ceder a sua posição no Acordo quadro, ou subcontratar total ou parcialmente o fornecimento dos bens objeto do Acordo quadro mediante autorização prévia e por escrito da SPMS.
2. Para efeitos da autorização da cessão por parte da SPMS, o cocontratante cedente deve apresentar uma proposta fundamentada e instruída com os documentos de habilitação relativos ao potencial cessionário que lhe foram exigidos na fase de formação do Acordo quadro.
3. Para efeitos da autorização da subcontratação por parte da SPMS, o cocontratante subcontratante deve apresentar uma proposta fundamentada e instruída com os documentos de habilitação e adesão ao catálogo através do formulário constante no site, relativos ao potencial subcontratado, que lhe foram exigidos na fase de formação do Acordo quadro.
4. A SPMS deve pronunciar-se sobre a proposta do cocontratante no prazo de 30 (trinta) dias a contar da respetiva apresentação, desde que regularmente instruída.
5. Nos casos em que a SPMS venha a autorizar a subcontratação, o cocontratante permanece integralmente responsável perante a SPMS pelo exato e pontual cumprimento de todas as obrigações contratuais.

Cláusula 13.ª Sanções a aplicar pela SPMS

O incumprimento das obrigações fixadas no presente acordo-quadro, nomeadamente as previstas na Cláusula 4.ª, confere à SPMS o direito a ser indemnizada, através da aplicação de sanção pecuniária, de valor até um máximo de 500,00 EUR, em função da gravidade do incumprimento.

CAPÍTULO II

Dos procedimentos e contratos celebrados ao abrigo do Acordo quadro

Cláusula 14.ª Disposições gerais

1. Ao procedimento lançado ao abrigo do Acordo quadro é aplicável o disposto no artigo 259.º e seguintes do CCP, devendo as entidades adquirentes enviar convite a todos os cocontratantes do lote do Acordo quadro ao abrigo do qual será lançado o procedimento.
2. As entidades adquirentes e a SPMS em representação daquelas poderão estabelecer no convite a que se refere o n.º 1:
   a) Um preço base que poderá ser inferior ao estabelecido no Acordo-quadro.

b) Poderão ser submetidos à concorrência diferentes códigos de artigo, nomeadamente quando se considere que a sua finalidade é coincidente, caso em que serão convidados a apresentar proposta todos os cocontratantes desses artigos;

c) A utilização de artigos adquiridos de forma concorrencial não pode implicar qualquer violação de direitos de propriedade industrial.

3. No caso previsto na alínea a) do número anterior, os cocontratantes cujo preço no Acordo quadro seja superior não se encontram vinculados a apresentar proposta.
4. Para os efeitos previstos na alínea b) do n.º 2, o convite deverá indicar que o preço deve ser apresentado para uma mesma unidade de medida, de forma a permitir a comparabilidade das propostas.
5. No contexto de cada procedimento lançado ao abrigo do Acordo quadro pode cada concorrente apresentar proposta a um, a vários ou a todos os lotes previstos nesse procedimento, desde que relativos a Acordo quadro no qual seja cocontratante.
6. Os cocontratantes devem obrigatoriamente apresentar proposta a todos os convites que lhe sejam endereçados nos termos do n.º 1, sob pena de aplicação das penalidades previstas nas cláusulas 10.ª e 11.ª, salvo nos casos previstos no n.º 3 da presente cláusula.
7. As entidades adquirentes podem recorrer ao leilão eletrónico, nos termos previstos no CCP, para melhorar os atributos das propostas apresentadas pelos concorrentes.
8. As propostas apresentadas pelos cocontratantes nos procedimentos celebrados ao abrigo do Acordo Quadro não podem apresentar preços superiores àqueles a que estão vinculados, no âmbito desse mesmo Acordo Quadro, à data de apresentação de proposta, sob pena de exclusão das mesmas.
9. É sempre obrigatória a colocação do número do Acordo quadro em cada nota de encomenda.
10. Os contratos que sejam celebrados ao abrigo do Acordo quadro podem produzir efeitos para além da vigência do mesmo.

Cláusula 15.ª Critério de adjudicação

1. A adjudicação nos procedimentos lançados ao abrigo do Acordo quadro será efetuada segundo o critério da proposta economicamente mais vantajosa:
   a) Para os medicamentos, nos termos da alínea b) do n.º 1 do artigo 74.º do CCP, determinada através da modalidade monofator, sendo o preço o único fator que densifica o critério de adjudicação.
   b) Para os restantes produtos, determinada através de uma das modalidades:
      i. Multifator, nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 74.º do CCP;
      ii. Monofator, nos termos da alínea b) do n.º 1 do artigo 74.º do CCP.

2. Quando for utilizado o sorteio para efeitos de desempate de propostas, o mesmo será realizado mediante convocatória enviada em simultâneo a todos os concorrentes, em situação de igualdade, pelo menos com dois dias úteis de antecedência, indicando a data, hora e local, bem como as regras do sorteio, as quais serão definidas pelas entidades adquirentes, devendo ser lavrada ata que será assinada por todos os presentes.

Cláusula 16.ª Leilão Eletrónico

1. Nos procedimentos a realizar ao abrigo do artigo 259.º do CCP, poderá haver lugar ao leilão eletrónico previsto nos artigos 140.º a 145.º do Código dos Contratos Públicos.
2. O leilão eletrónico decorrerá em Plataforma eletrónica de contratação pública disponibilizada pela SPMS.
3. Após a análise e avaliação das propostas, todos os concorrentes cujas propostas não tenham sido excluídas, por um dos fundamentos do artigo 146.º do CCP, são simultaneamente convidados pela entidade adjudicante, por via eletrónica, a participar no leilão, sendo-lhes comunicado o lugar da ordenação das mesmas em que se encontram.
4. O único atributo da proposta objeto de leilão eletrónico será o preço unitário dos bens constantes no Anexo I ao Caderno de Encargos.
5. O leilão terá início decorridos 2 dias úteis a contar da data do envio dos convites, nos termos do n.º 1 do artigo 143.º do CCP.
6. Outras regras de funcionamento do leilão, designadamente o modo de licitação e o encerramento do leilão, serão fixadas no convite à participação no leilão, nos termos dos artigos 141.º e 142º do CCP.
7. As regras previstas no número anterior devem, em qualquer caso, garantir a confidencialidade relativamente à identidade dos fornecedores em leilão, nos termos do artigo 144.º do CCP.

Cláusula 17.ª Local e prazos de entrega

1. Os cocontratantes obrigam-se a respeitar o prazo de entrega estabelecido no Acordo quadro (prazo máximo), não devendo este ultrapassar 5 (cinco) dias úteis para Portugal Continental, contados a partir da data de receção de cada nota de encomenda.
2. Os fornecimentos destinados às Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira constituem uma exceção ao número anterior, na medida em que não se exige um prazo de entrega máximo de 5 (cinco) dias úteis, existindo campos específicos no Anexo A onde poderão ser indicados os prazos de entrega para esses locais.

3. Se não forem preenchidos os campos do Anexo A referidos no número anterior, relativos às Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira, será assumido que o prazo de entrega para esses locais não ultrapassará 5 (cinco) dias úteis.
4. Considera-se entrega imediata a entrega no prazo máximo de 24 horas após a receção da nota de encomenda pelo cocontratante.
5. As entregas dos bens deverão efetuar-se nos locais e nos prazos máximos indicados pelas entidades adquirentes.
6. Sempre que ocorra um caso de força maior, nos termos previstos na Cláusula 8.ª, devidamente comprovado, e que implique a suspensão da entrega, devem os fornecedores, logo que dele tenham conhecimento, requerer à entidade adquirente que lhes seja concedida uma prorrogação do respetivo prazo.
7. A entidade adquirente pode, por motivo devidamente justificado, prorrogar o prazo de entrega.
8. Da situação referida no n.º 5 devem as entidades adquirentes e os fornecedores dar imediato conhecimento à SPMS.

Cláusula 18.ª Condições de Pagamento

1. O prazo de pagamento aos fornecedores é de 60 (sessenta) dias.
2. O contrato de fornecimento pode estabelecer prazo diverso do referido no n.º 1 da presente cláusula, por acordo entre as instituições de saúde e o fornecedor, nos termos e limites previstos na lei.
3. O adjudicatário não pode ceder ou dar como garantia o presente contrato ou qualquer dos direitos ou obrigações nele estipulados, sem prévio acordo escrito da entidade adjudicante.

Cláusula 19.ª Características dos Preços

1. Os preços indicados nos Acordos quadro não incluem o IVA e incluem, para além do custo unitário do produto, os seguintes custos:
   a) Acondicionamento;
   b) Embalagem;
   c) Carga, transporte e descarga no local indicado para os locais de consumo, bem como seguros ou quaisquer outras despesas inerentes ao transporte.
2. Os fornecimentos destinados às Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira constituem uma exceção ao número anterior, na medida em que não se exige que todos os custos relativos ao transporte estejam incluídos nos preços.
3. O Acordo quadro pode incluir um valor mínimo por encomenda, até ao máximo de 100 € s/IVA, abaixo do qual o cocontratante cobrará custos relativos ao transporte.

4. O valor mínimo a que se refere o número anterior, mesmo que seja definido individualmente para cada produto, diz respeito à encomenda como um todo, podendo as entidades adquirentes agregar diferentes produtos com o objetivo de perfazer esse valor, numa única entrega. Neste caso, não poderão ser cobrados custos relativos ao transporte.
5. Em qualquer caso, as entidades adquirentes não poderão proceder a encomendas inferiores a uma embalagem.
6. No contexto dos procedimentos lançados ao abrigo dos Acordos quadro, os concorrentes poderão apresentar fatores de redução dos preços propostos:
   a) Por aquisição de quantidades, com indicação do desconto a efetuar sobre o preço unitário, de acordo com as quantidades;
   b) Por descontos financeiros, com a indicação do desconto face ao prazo de pagamento.

Cláusula 20.ª Aumento de Preços

1. Os pedidos de aumento dos preços fixados no Acordo quadro devem ser detalhadamente fundamentados, inclusive através de evidências, e só podem ocorrer após 12 (doze) meses contados do dia seguinte à sua entrada em vigor, tendo como limite os preços base definidos no presente caderno de encargos.
2. Constituem exceção ao estipulado no número anterior casos devidamente justificados, nomeadamente revisões de preços aprovadas pelo INFARMED, catástrofes naturais, pandemias ou motivos de força maior.
3. Em casos de catástrofes naturais, pandemias ou motivos de força maior, atender-se-á aos limites máximos constantes no artigo 313.º do CCP, os quais serão estabelecidos por referência aos preços base do presente caderno de encargos, e a vigência dos aumentos de preço ficará limitada ao período em que se verificar o facto que esteve na origem do pedido, devendo o cocontratante informar a SPMS sobre a duração estimada.
4. No caso de medicamentos, o novo preço unitário não poderá ser superior ao respetivo preço de venda ao armazenista, quando aplicável.
5. Os pedidos de aumento de preços referidos na presente cláusula são formalizados mediante o aditamento referido na alínea a) do n.º 3 da cláusula 21.ª e ficam dependentes de aprovação pela SPMS.

Cláusula 21.ª Aditamentos

1. Quaisquer alterações de ordem financeira e técnica relativamente aos bens selecionados que ocorram durante o prazo de vigência dos Acordos quadro devem ser obrigatoriamente comunicadas à SPMS.

2. Para formalização dos aditamentos previstos nas alíneas a) a i) do n.º 3 da presente cláusula, deverão os cocontratantes proceder ao seu preenchimento e submissão no sítio da internet do Catálogo, com vista à sua autorização.
3. Para efeitos do n.º 1, consideram-se aditamentos os decorrentes das seguintes situações:
   a) Aumento de preço;
   b) Redução de preço;
   c) Inserção de descontos;
   d) Descontinuação de produto;
   e) Substituição de produto;
   f) Redimensionamento da embalagem;
   g) Interrupção temporária de fornecimento;
   h) Alteração de outros elementos;
   i) Inserção de novo produto.
4. Os aditamentos tipificados no número anterior deverão ser utilizados da forma e com base nos documentos necessários à comprovação dos requisitos que a seguir se indicam:
   a) Aumento de preço: este aditamento deverá ser utilizado para formalização dos pedidos de aumento de preço referido na cláusula 20.ª, o qual só pode ser praticado após autorização da SPMS;
   b) Redução de preço: este aditamento deverá ser utilizado quando o cocontratante determina a redução de preço, diretamente junto da SPMS;
   c) Inserção de descontos: este aditamento deverá ser utilizado sempre que o cocontratante pretenda efetuar descontos no preço em função das quantidades ou de prazos de pagamento. Não são aceites aditamentos que introduzam escalões de desconto menos favoráveis que os que constam do catálogo;
   d) Descontinuação de produto: este aditamento deverá utilizar-se sempre que o produto deixe de ser comercializado no mercado português, quer a nível público, quer a nível privado, devendo o cocontratante enviar para a SPMS:
      i. cópia da notificação ao INFARMED, I.P. conforme o previsto nos n.ºs 2 e 3 do artigo 78.º do Decreto-Lei n.º 176/2006, de 30 de agosto, na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 112/2019, de 16 de agosto, no caso de medicamentos;
      ii. comprovativo da descontinuação do produto, emitido pelo fabricante, para os restantes produtos.
   e) Substituição de produto: este aditamento deverá utilizar-se quando o cocontratante pretenda substituir um produto por outro, devendo, cumulativamente, a substituição obedecer aos seguintes requisitos:

i. O produto substituto respeite as características previstas no presente Caderno de Encargos;
ii. O produto substituto apresente preços e condições competitivas, proporcionais à qualidade e quantidade do produto que visa substituir.

f) Redimensionamento da embalagem: este aditamento deve ser utilizado quando o cocontratante pretenda alterar o número de unidades por embalagem, em relação à sua proposta inicial;
g) Interrupção temporária de fornecimento: este aditamento deve ser utilizado sempre que haja uma interrupção de fornecimento nos termos do n.º 2 da cláusula 22.ª;
h) Alteração de outros elementos: este aditamento deve ser utilizado quando o cocontratante pretenda alterar qualquer aspeto da sua proposta não contemplado nos restantes tipos de aditamentos, designadamente alteração do prazo de entrega, alteração da taxa do IVA ou alteração de custos de transporte;
i) Inserção de novo produto: este aditamento deverá utilizar-se quando o cocontratante pretenda inserir uma nova opção de produto do mesmo tipo dos bens com ele contratualizados em sede de acordo quadro, desde que sejam respeitados os termos previstos nos Anexos I e II do presente Caderno de Encargos. A inserção deve ser solicitada por e-mail para o endereço catalogo@spms.min-saude.pt, sendo depois fornecidas, pela SPMS, indicações para o preenchimento do aditamento.

Cláusula 22.ª Impossibilidade temporária de fornecimento

1. Sempre que o cocontratante se encontre em situação de impossibilidade temporária de fornecimento, deverá comunicar fundamentadamente tal facto à SPMS.
2. Para efeitos do disposto no número anterior, considera-se impossibilidade temporária de fornecimento uma interrupção de fornecimento por período não superior a 180 (cento e oitenta) dias contínuos.
3. Findo o prazo previsto no número anterior sem que a situação se regularize, deverá o cocontratante solicitar a prorrogação do prazo, reservando-se a SPMS, todavia, o direito de resolver o contrato.

Cláusula 23.ª Elementos Estatísticos

1. Os cocontratantes obrigam-se ao envio trimestral dos elementos estatísticos referentes às aquisições efetuadas pelas entidades adquirentes, devendo fazer referência ao código, marca, quantidade e valor global de vendas.
2. Os elementos estatísticos devem ser enviados à SPMS impreterivelmente até ao dia 20 (vinte) do mês seguinte em relação ao trimestre de vigência do contrato.

3. O suporte a utilizar, para o envio dos elementos estatísticos, é a opção fornecida no site www.catalogo.min-saude.pt (registo de vendas).
4. Sempre que lhes seja solicitado pela SPMS, devem os cocontratantes facultar fotocópia das notas de encomenda emitidas pelas entidades adquirentes, bem como das faturas relativas às encomendas efetuadas no âmbito dos Acordos quadro ou elementos estatísticos em prazo inferior ao estipulado no n.º 2 e a indicar pela SPMS.
5. O incumprimento do estipulado no n.º 1 pode implicar que a SPMS atue nos termos previstos nas cláusulas 10.ª e 11.ª.

Cláusula 24.ª Acompanhamento e fiscalização do modo de execução do contrato

1. Nos termos do artigo 290.º-A do Código dos Contratos Públicos, é da responsabilidade das entidades adquirentes como contraentes públicos a designação de um ou mais gestores do contrato, com a função de acompanhar permanentemente a execução deste.
2. Sempre que a entidade adquirente designe mais do que um gestor do contrato, deve definir de forma clara as funções e responsabilidades de cada um.

CAPÍTULO III

Penalidades contratuais

Cláusula 25.ª Sanções a aplicar pelas entidades adquirentes

1. O incumprimento das obrigações do cocontratante, perante as entidades adquirentes, determina a aplicação de sanções nos termos a definir em cada procedimento lançado ao abrigo do acordo-quadro.
2. Salvo outras condições previstas pela entidade adquirente, no caso de incumprimento do prazo de entrega, o cocontratante em falta:
   a) Ficará obrigado ao pagamento à entidade adquirente da diferença do valor entre o seu preço unitário e o preço unitário do fornecedor a que a entidade adquirente tiver de recorrer;
   b) Será aplicada ao cocontratante uma sanção pecuniária de 1% do valor da encomenda, por cada dia de atraso, até ao limite de 20%.
3. As entidades adquirentes poderão recorrer à prerrogativa prevista no artigo 318.º - A do CCP.
4. As sanções pecuniárias previstas na presente cláusula não obstam a que as entidades adquirentes exijam uma indemnização pelo dano causado.

CAPÍTULO IV

Resolução de litígios

Cláusula 26.ª Foro competente

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo de Círculo de Lisboa, com expressa renúncia a qualquer outro.

CAPÍTULO V

Disposições finais

Cláusula 27.ª Comunicações e notificações

1. Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas, nos termos do Código dos Contratos Públicos, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificados no Acordo quadro.
2. Qualquer alteração das informações de contacto constantes do Acordo quadro deve ser comunicada à outra parte, apenas produzindo efeitos após a data desta comunicação.

Cláusula 28.ª Contagem dos prazos

A contagem dos prazos é feita nos termos do artigo 471.º do CCP.

Cláusula 29.ª Legislação aplicável

O Acordo quadro tem natureza administrativa e rege-se pelo direito português.

ANEXO I

Lotes de produtos e Preço

Lote	Código	Descrição	CHNM (Igual ou equivalente)	Unidade (para efeitos de apresentação de preço unitário)	Preço unitário Base
1	A5187	ALCOOL ISOPROPÍLICO + ALCOOL PROPÍLICO + ETILSULFATO de MECETRÓNIO [450 + 300 +2 MG/G; FRS]	10050304, 10050311, 10050329	Frasco	2,778827
2	A53287	AGUA DE LIMPEZA DA PELE [300 ML; FRS]		Frasco	5,197500
3	A53288	AGUA DE LIMPEZA DA PELE [500 ML; FRS]		Frasco	8,452500
4	A53289	AGUA DE LIMPEZA DA PELE [1000 ML; FRS]		Frasco	10,678500
5	A53290	AGUA DE LIMPEZA DA PELE [750 ML; FRS]		Frasco	10,678500
6	C1233	CLORO-HEXIDINA [54.84 MG/G; CREME; BISNG.]	10048673	Bisnaga	6,924015
7	C1234	CLORO-HEXIDINA + HEXAMIDINA + CLOROCRESOL [1 MG/ML + 1 MG/ML + 3 MG/ML; LÍQ CUT]	10081050	Frasco	11,837280
8	C1340	CREME LOÇÃO HIDRATANTE CORPORAL E PARA HIDRATAÇÃO DAS MÃOS DOS PROFISSIONAIS [100 ML / 100g]		Recipiente	2,100000
9	C1344	CREME LOÇÃO HIDRATANTE CORPORAL E PARA HIDRATAÇÃO DAS MÃOS DOS PROFISSIONAIS [500 ML / 500 g]		Recipiente	5,040000
10	C1345	CREME LOÇÃO HIDRATANTE CORPORAL E PARA HIDRATAÇÃO DAS MÃOS DOS PROFISSIONAIS [750 ML]		Recipiente	7,560000
11	C1346	CREME LOÇÃO HIDRATANTE CORPORAL E PARA HIDRATAÇÃO DAS MÃOS DOS PROFISSIONAIS [1000 ML / 1000 g]		Recipiente	10,395000
12	C1348	CREME LOÇÃO HIDRATANTE [250ML / 500ML]		Recipiente	2,467500
13	C1349	CREME GORDO HIDRATANTE - POMADA 40 gr / 50 gr		Recipiente	2,530000
14	C1350	CREME GORDO HIDRATANTE - POMADA 100 gr		Recipiente	6,641460
15	C1351	CREME GORDO HIDRATANTE - 200 gr / 200 ml		Recipiente	2,887500
16	C1352	CREME GORDO HIDRATANTE - 500 gr / 500 ml		Recipiente	3,255000
17	C1353	CREME GORDO HIDRATANTE - 1000 gr / 1000 ml		Recipiente	13,700000
18	C159	CREME LOÇÃO HIDRATANTE CORPORAL E PARA HIDRATAÇÃO DAS MÃOS DOS PROFISSIONAIS [200 g/ ml; FRS/ Bisnaga]		Frasco/Bisnaga	6,829305
19	C168	CREME REPARADOR CICATRIZANTE [40/ 50 ML; BISNAGA]		Bisnaga	5,103000
20	C383	Gluconato de CLORO-HEXIDINA 4% solução aquosa [SABÃO LIQ; FRS/ 500 ML]	10029420	Frasco	3,076500

Lote	Código	Descrição	CHNM (Igual ou equivalente)	Unidade (para efeitos de apresentação de preço unitário)	Preço unitário Base
21	C496	Gluconato de CLORO-HEXIDINA 4% solução aquosa [SABÃO LIQ; FRS/ 1000 ML]	10034969	Frasco	4,924500
22	E428	ETANOL 70% [FRS/ 500 ML] sem aditivos		Frasco	1,680000
23	G244	Gluconato de CLORO-HEXIDINA 2% solução alcoólica corada; Desinfeção das Mãos [FRS 100 ML]		Frasco	2,658600
24	G245	Gluconato de CLORO-HEXIDINA 2% solução alcoólica corada; Desinfeção das Mãos [FRS 500 ML]		Frasco	5,250000
25	G246	Gluconato de CLORO-HEXIDINA 2% solução alcoólica corada; Desinfeção das Mãos [FRS 1000 ML]		Frasco	6,817230
26	G247	Gluconato de CLORO-HEXIDINA 4% solução aquosa [SABÃO LIQ; FRS/ 250 ML]		Frasco	1,470000
27	G248	Gluconato de CLORO-HEXIDINA 2% solução aquosa [SABÃO LIQ.; FRS/ 250 ML] (USO PEDIATRICO)		Frasco	1,512000
28	G249	Gluconato de CLORO-HEXIDINA 2% solução aquosa [SABÃO LIQ; FRS/ 500 ML] (USO PEDIATRICO)		Frasco	2,499000
29	G250	Gluconato de CLORO-HEXIDINA 2% solução aquosa [SABÃO LIQ; FRS/ 1000 ML] (USO PEDIATRICO)		Frasco	3,139500
30	G281	Gluconato de CLORO-HEXIDINA 0,2% [FRASCO]		Frasco	4,851000
31	G282	Gluconato de CLORO-HEXIDINA 0,06%, COLUTÓRIO [FRASCO]		Frasco	5,880000
32	I118	IODOPOVIDONA 10% [I-1%; Sol Dérmica, FRS/ 10 ML]	10020446	Frasco	0,304500
33	I119	IODOPOVIDONA 10% [I-1%; COLUTÓRIO; FRS 125 ML]	10056111	Frasco	2,473844
34	I120	IODOPOVIDONA 10% [I-1%; POMADA; BISNAGA 100 G]	10015246	Bisnaga	2,730000
35	I121	IODOPOVIDONA 10% [I-1%, Sol Dérmica; FRS 500 ML]	10022155	Frasco	5,560000
36	I123	IODOPOVIDONA 10% [I-1%, Sol Dérmica; FRS 125 ML]	10009325	Frasco	3,990000
37	I127	IODOPOVIDONA [0,75% A 77%, Sol Dérmica; FRS/ 500 ML]	10061578	Frasco	3,150000
38	I128	IODOPOVIDONA 4% [solução aquosa SOLUÇÃO CUTÂNEA; FRS/ 125 ML]	10053745	Frasco	0,892500
39	I129	IODOPOVIDONA 4% [solução aquosa SOLUÇÃO CUTÂNEA; FRS/ 500 ML]	10053738	Frasco	3,202500
40	I312	IODOPOVIDONA 4% [solução aquosa ESPUMA CUTÂNEA; FRS/ 125 ML]	10029858	Frasco	0,892500
41	I313	IODOPOVIDONA 4% [solução aquosa ESPUMA CUTÂNEA; FRS/ 500 ML]	10034474	Frasco	3,202500
42	I315	IODOPOVIDONA 40MG/ML ESPUMA VAGINAL [FRASCO 125ML]	10058347	Frasco	3,360000
43	I319	IODOPOVIDONA 10% [I-1%; Sol Dérmica, FRS/ 5 ML]	10024341	Frasco	0,274758

Lote	Código	Descrição	CHNM (Igual ou equivalente)	Unidade (para efeitos de apresentação de preço unitário)	Preço unitário Base
44	I320	IODOPOVIDONA 10% [I-1%; Sol Dérmica, FRS/ 50 ML]		Frasco	0,609000
45	I321	IODOPOVIDONA 10% [I-1%; POMADA; BISNAGA 30 G]	10015253	Bisnaga	2,520000
46	I324	IODOPOVIDONA [0,75% A 77%, Sol Dérmica; FRS/ 1000 ML]	10061560	Frasco	6,268500
47	M298	MOUSSE DÉRMICA PROTECTORA		Recipiente	3,202500
48	M299	MOUSSE DE LIMPEZA DA PELE		Recipiente	3,150000
49	O1037	OXIDO ZINCO [100 MG/G; CREME 150 ML; BISNAGA]		Bisnaga	5,985000
50	O1038	OXIDO ZINCO [100 MG/G; CREME 100 ML; BISNAGA]		Bisnaga	3,990000
51	O1039	OXIDO ZINCO [100 MG/G; CREME 50 ML; BISNAGA]		Bisnaga	3,200000
52	O1040	OXIDO ZINCO [SPRAY 75 ML; FRS]		Frasco	6,048000
53	O1041	OLEO DUCHE DIÁRIO [500 ML; FRS]		Frasco	10,647000
54	O121	OLEO AMENDOAS DOCES (FRASCO) 250 ml		Frasco	2,205000
55	O122	OLEO AMENDOAS DOCES (FRASCO) 500 ml		Frasco	3,045000
56	O123	OLEO AMENDOAS DOCES (FRASCO) 1000 ML		Frasco	5,880000
57	O59	OXIDO ZINCO [100 MG/G; POMADA 100 g; BISNAGA]		Bisnaga	3,990000
58	P1093	PERÓXIDO DE HIDROGÉNIO [10 MG/G; CREME; BISNG.]	10044707	Bisnaga	13,521270
59	S1767	SOL. HIDROALCOÓLICA C/ DERMOPROTECTOR PARA HIGIENE DAS MÃOS; GEL; FRS/ 50 a 60 ML ML]		Frasco	2,364600
60	S1768	SOL. HIDROALCOÓLICA C/ DERMOPROTECTOR PARA HIGIENE DAS MÃOS; GEL; FRS/ 250 ML]		Frasco	3,406095
61	S1769	SABONETE para higiene do doente [100 G; Barra]		Barra	3,969525
62	S1770	SABONETE para higiene do doente [1000 G; Barra]		Barra	13,462155
63	S1771	SABONETE para higiene do doente [125 G; Barra]		Barra	3,969525
64	S389	SOL. HIDROALCOÓLICA [ETANOL+ PROPANOL C/ DERMOPROTECTOR; FRS/ 500 ML]		Frasco	3,500000
65	S603	SOL. HIDROALCOÓLICA C/ DERMOPROTECTOR PARA HIGIENE DAS MÃOS; LIQUIDO FRS/ 1000 ML]		Frasco	6,800000
66	S604	SOL. HIDROALCOÓLICA C/ DERMOPROTECTOR PARA HIGIENE DAS MÃOS; LIQUIDO FRS/ 500 ML]		Frasco	2,600000
67	S605	SOL. HIDROALCOÓLICA C/ DERMOPROTECTOR PARA HIGIENE DAS MÃOS; LIQUIDO FRS/ 100 ML]		Frasco	0,787500
68	S606	SOL. HIDROALCOÓLICA C/ DERMOPROTECTOR PARA HIGIENE DAS MÃOS; GEL; FRS/ 1000 ML]		Frasco	5,040000

Lote	Código	Descrição	CHNM (Igual ou equivalente)	Unidade (para efeitos de apresentação de preço unitário)	Preço unitário Base
69	S607	SOL. HIDROALCOÓLICA C/ DERMOPROTECTOR PARA HIGIENE DAS MÃOS; GEL; FRS/ 500 ML]		Frasco	3,570000
70	S608	SOL. HIDROALCOÓLICA C/ DERMOPROTECTOR PARA HIGIENE DAS MÃOS; GEL; FRS/ 100 ML]		Frasco	2,100000
71	S609	SOL. HIDROALCOÓLICA C/ DERMOPROTECTOR PARA HIGIENE DAS MÃOS; ESPUMA; FRS/ 1000 ML]		Frasco	4,023495
72	S610	SOL. HIDROALCOÓLICA C/ DERMOPROTECTOR PARA HIGIENE DAS MÃOS; ESPUMA; FRS/ 500 ML]		Frasco	2,686845
73	S611	SOL. HIDROALCOÓLICA C/ DERMOPROTECTOR PARA HIGIENE DAS MÃOS; ESPUMA; FRS/ 100 ML]		Frasco	1,604085
74	S612	SOL. HIDROALCOÓLICA [ETANOL+ PROPANOL C/ DERMOPROTECTOR; FRS/ 1000 ML]		Frasco	3,675000
75	S613	SOL. HIDROALCOÓLICA C/ ANTI-SÉPTICO e DERMOPROTECTOR [FRS/ 100 ML]	10050329	Frasco	1,285236
76	S614	SOL. HIDROALCOÓLICA C/ ANTI-SÉPTICO e DERMOPROTECTOR [FRS/ 500 ML]		Frasco	4,042500
77	S615	SOL. HIDROALCOÓLICA C/ ANTISSÉPTICO e DERMOPROTECTOR [FRS/ 1000 ML]		Frasco	2,835000
78	S616	SABAO LÍQUIDO/ GEL [Higiene do doente - banho corpo e cabelo); FRS/ 250 ML]		Frasco	0,514500
79	S617	SABAO LÍQUIDO/ GEL [Higiene do doente - banho corpo e cabelo); FRS/ 500ML]		Frasco	2,500000
80	S86	SOL. HIDROALCOÓLICA [ETANOL+ PROPANOL C/ DERMOPROTECTOR; FRS/ 100 ML]	10080984	Frasco	2,136199
81	C23180	CLORO-HEXIDINA + ÁLCOOL ISOPROPÍLICO [20 MG/ML + 550 MG/ML; SOL CUT; 10,5ML; AMP]	10103792	Ampola	5,980000
82	C23181	CLORO-HEXIDINA + ÁLCOOL ISOPROPÍLICO [20 MG/ML + 550 MG/ML; SOL CUT; 26ML; AMP]	10103785	Ampola	9,920000
83	C138	CREME EMOLIENTE PELE ATÓPICA [150ML a 300ML]		Frasco	11,500000
84	C139	CREME EMOLIENTE PELE ATÓPICA [350ML a 500ML]		Frasco	14,950000
85	C140	CREME EMOLIENTE PELE ATÓPICA [550ML a 700ML]		Frasco	20,800000
86	C141	CREME EMOLIENTE PELE ATÓPICA [750ML a 1000ML]		Frasco	25,650000
87	G11	GEL LAVANTE PELE ATÓPICA [500ML]		Frasco	11,250000
88	G12	GEL LAVANTE PELE ATÓPICA [750ML]		Frasco	19,550000
89	G13	GEL LAVANTE PELE ATÓPICA [1000ML]		Frasco	21,750000
90	L109	LINIMENTO de HIGIENE sem enxaguamento [200ML]		Frasco	5,900000
91	L110	LINIMENTO de HIGIENE sem enxaguamento [400ML]		Frasco	8,500000

Lote	Código	Descrição	CHNM (Igual ou equivalente)	Unidade (para efeitos de apresentação de preço unitário)	Preço unitário Base
92	L111	LINIMENTO de HIGIENE sem enxaguamento [500ML]		Frasco	14,500000
93	L129	LOÇÃO PARA HIGIENE E DESINFEÇÃO C/OCTENIDINA (Corpo e Cabelo) [FRS]		Frasco	5,400000
94	O11	OLEO LAVANTE PELE ATÓPICA [500ML]		Frasco	12,000000
95	O12	OLEO LAVANTE PELE ATÓPICA [750ML]		Frasco	23,000000
96	O13	OLEO LAVANTE PELE ATÓPICA [1000ML]		Frasco	24,900000
97	S622	SOL. HIDROALCOÓLICA C/ ANTI-SÉPTICO e DERMOPROTECTOR [FRS/ 250 ML]		Frasco	4,050000

ANEXO II

Especificações Técnicas

CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES GERAIS

Cláusula 1.ª Âmbito

1. Os medicamentos, antisséticos, desinfetantes e produtos cosméticos para uso no humano, objetos do presente procedimento destinam-se ao uso hospitalar.
2. Sem prejuízo de outras exigências legais, só serão selecionados, no presente procedimento, os produtos que:
   a) Respeitem o exigido na descrição de cada lote;
   b) Respeitem os requisitos aplicáveis que se estipulam no presente anexo.

CAPÍTULO II - MEDICAMENTOS

Cláusula 2.ª Características e preço dos medicamentos

1. Os concorrentes devem preencher as características dos medicamentos constantes no formulário eletrónico mencionado no artigo 8.º do Programa do Concurso.
2. As características dos medicamentos constam no formulário eletrónico mencionado na alínea c) do n.º 2 do artigo 8.º do programa do concurso e são disponibilizadas em www.catalogo.min-saude.pt.
3. O preço unitário proposto às Instituições e Serviços do Serviço Nacional de Saúde não deverá ser superior ao preço unitário calculado com base nos Preços Hospitalares, constantes do Portal Medicamento Hospitalar.

Cláusula 3.ª Embalagem adaptada à dose unitária e hospitalar

1. Sempre que possível, a embalagem primária deverá conter, por unidade, as seguintes menções, adaptadas à distribuição em dose unitária:
   a) Composição qualitativa e quantitativa em Denominação Comum Internacional ou, na sua falta, em nome corrente;
   b) Marca comercial;
   c) Prazo de validade;
   d) Número de lote de fabrico;
   e) Modo e via de administração.
2. No caso de o produto ser proposto em embalagem hospitalar é igualmente obrigatória a inclusão do folheto informativo na mesma, aquando do seu fornecimento às entidades adquirentes.

Cláusula 4.ª Prazo de validade dos medicamentos

Só poderão ser fornecidos medicamentos cuja validade seja igual ou superior a 6 (seis) meses, a contar da data do fornecimento, a não ser que seja tecnicamente inviável.

Cláusula 5.ª Formas de apresentação

São considerados equivalentes para efeitos do Anexo I do caderno de encargos, os CHNM que correspondam às formas de apresentação referidas no presente caderno de encargos.

CAPÍTULO III - BIOCIDAS

Cláusula 6.ª Especificações Gerais

1. Só serão selecionados no presente procedimento os produtos **Biocidas** do **tipo de produto 1** (**TP1**) que:
   a) Cumpram o exigido pelo Regulamento (UE) n.º 528/2012, de 22 de maio, relativo à disponibilização no mercado e à utilização de produtos biocidas, na higiene humana, aplicados na pele ou no couro cabeludo humanos ou em contacto com os mesmos;
   b) Tenham com objetivo primeiro o de desinfetar a pele ou o couro cabeludo sãos (não incluem os produtos de limpeza que não se destinam a fins biocidas, nomeadamente detergentes líquidos e em pó e outros produtos semelhantes);
   c) Tenham sido notificados à Direção-Geral de Saúde antes da sua disponibilização e uso no mercado nacional;
   d) Para os produtos biocidas notificados contendo apenas substâncias ativas já aprovadas a nível comunitário, que tenham efetuado pedido de autorização nacional de acordo com o Regulamento dos Produtos Biocidas.

Cláusula 7.ª Embalagem

1. Os produtos fornecidos devem ser acondicionados em embalagens que garantam suficiente proteção, reunindo assim as condições necessárias à perfeita conservação de todas as suas características.
2. Sem prejuízo de outras exigências legais, designadamente o cumprimento do Regulamento (CE) n.º 1272/2008 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de dezembro de 2008, relativo à classificação, rotulagem e embalagem de substâncias e misturas, e se aplicável, a embalagem deve conter, por unidade, as seguintes menções em língua portuguesa:
   a) Nome comercial do produto;
   b) Prazo de validade;

c) Número de lote de fabrico.

Cláusula 8.ª Prazo de validade dos produtos

Só poderão ser fornecidos produtos cuja validade seja igual ou superior a 6 (seis) meses, a contar da data do fornecimento, a não ser que seja tecnicamente inviável.

CAPÍTULO IV - PRODUTOS COSMÉTICOS

Cláusula 9.ª Especificações Gerais

Só serão selecionados no presente procedimento os produtos Cosméticos que cumpram os requisitos constantes do n.º 1, estabelecidos no Regulamento (CE) n.º 1223/2009 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 30 de novembro, e no Decreto-Lei nº 189/2008, de 24 de setembro, na sua atual redação.

Cláusula 10.ª Embalagem

1. Os produtos fornecidos devem ser acondicionados em embalagens que garantam suficiente proteção, reunindo assim as condições necessárias à perfeita conservação de todas as suas características.
2. Sem prejuízo de outras exigências legais, designadamente o cumprimento do Regulamento (CE) n.º 1272/2008 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de dezembro de 2008, relativo à classificação, rotulagem e embalagem de substâncias e misturas, e se aplicável, a embalagem deve conter, por unidade, as seguintes menções em língua portuguesa:
   a) Nome comercial do produto;
   b) Lista de ingredientes;
   c) Data de durabilidade mínima;
   d) Número de lote de fabrico.

Cláusula 11.ª Prazo de validade dos produtos

Só poderão ser fornecidos produtos cuja durabilidade mínima seja igual ou superior a 6 (seis) meses, a contar da data do fornecimento, a não ser que seja tecnicamente inviável.

Cláusula 12.ª Creme Gordo

Na sua composição devem ser incluídas, por exemplo, parafina e lanolina, que têm como função a hidratação em profundidade, protegendo e suavizando a barreira cutânea, bem como a reconstituição da capacidade de regeneração e retenção de água na pele.

Cláusula 13.ª Creme loção hidratante corporal e para hidratação das mãos dos profissionais

Deve corresponder a um creme hidratante, deve ter propriedades suavizantes e reestruturantes, hidratar e amaciar a pele, favorecendo a reconstituição do filme hidrolipídico da pele. Deve ter com pH neutro e não ser gorduroso, nem pegajoso.

Cláusula 14.ª Creme Emoliente Pele Atópica

Deve corresponder a um creme emoliente, indicado para peles atópicas, com propriedades anti prurido, apaziguador da comichão, que reduza a vermelhidão e que acalme as irritações das peles mais secas. Hipoalergénico, sem sabão, perfume ou parabenos.

Cláusula 15.ª Gel Lavante Pele Atópica

Deve corresponder a um gel lavante nutritivo, indicado para peles atópicas, com propriedades suavizantes, hidratantes. Hipoalergénico, sem sabão, perfume ou parabenos.

Cláusula 16.ª Linimento de higiene sem enxaguamento

Deve corresponder a um linimento de higiene hidratante, sem enxaguamento, e com propriedades nutritivas e suavizantes. Hipoalergénico, sem sabão, perfume ou parabenos.

Cláusula 17.ª Óleo Lavante Pele Atópica

Deve corresponder a um óleo lavante nutritivo, indicado para peles atópicas, com propriedades suavizantes e hidratantes. Hipoalergénico, sem sabão, perfume ou parabenos.